

Marxismo e Serviço Social: uma aproximação*

Marilda Villela Iamamoto**

Resumo

O texto “Marxismo e Serviço Social: uma aproximação” explicita a ótica de leitura da obra de Marx que norteia a análise da sociedade capitalista e do Serviço Social no seu âmbito no marco dessa tradição intelectual. Apresenta breve caracterização da *questão social* no Brasil na atual crise do capital. Analisa dois momentos privilegiados de aproximação do Serviço Social latino-americano ao marxismo: o movimento de reconceituação nas décadas de 1960-1970 e a experiência brasileira de superação da reconceituação a partir da crise da ditadura civil militar. Finaliza apontando alguns desafios atuais em relação ao tema.

Palavras chaves: Fundamentos do Serviço Social, Marxismo, Movimento de Reconceituação, Formação acadêmico-profissional em Serviço Social

Marxism and Social Work: an approach

Abstract

The text "Marxism and Social Work: an Approach" makes explicit the reading view of Marx's work that guides the analysis of capitalist society and Social Work within the framework of this intellectual tradition. It presents a brief characterization of the social question in Brazil in the current capital crisis. Examines two privileged moments in the approach of Latin American Social Work to Marxism: the movement of reconceptualization in the decades of 1960-1970 and the Brazilian experience in overcoming the reconceptualization as a result of the military dictatorship civil crisis. It ends by pointing out some current challenges in relation to the theme.

Key words: foundations of Social Work; marxism; reconceptualization; professional academic education in Social Work

Recebido em: 12/12/2018

Aprovado em: 20/12/2018

* Texto base do pronunciamento efetuado na mesa de abertura das comemorações dos 60 anos da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, compartilhada com o Prof. Dr. Jose Paulo Netto e Prof. Dra. Cristina Bezerra, diretora da Faculdade de Serviço Social da UFJF, coordenadora dos trabalhos.

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Coordenadora do *Núcleo de Estudos Estado, Classes Trabalhadoras e Serviço Social*. (NECLATSS). Professora Titular aposentada da UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Bolsista de Produtividade do CNPQ. Nível 1A. E-mail: mviamamoto@uol.com.br

Preliminares

Minhas congratulações a Faculdade de Serviço Social da UFJF – e a todos aqueles que contribuíram à construção dessas seis décadas de sua história: colegas docentes, discentes e funcionários da Faculdade de Serviço Social que aqui passaram parte de suas vidas. Saúdo a decisão de homenagear o bicentenário de Marx no marco dessas comemorações, reconhecendo a relevância e atualidade de sua obra e sua fecundidade para pensar o Serviço Social na cena contemporânea.

Recebi, como uma honra, o convite para participar, na noite na abertura de um ciclo de comemorações dos 60 anos da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Formada nesta casa, partilho, com muita emoção, desta festa digna da universidade brasileira, voltada aos dilemas do país e à construção de uma formação acadêmica sólida e crítica, enraizada na história do presente e comprometida com as potencialidades do devir na construção de uma nova sociedade. Meus cumprimentos aos docentes, pesquisadores e estudantes presentes.

A exposição “Marxismo e Serviço Social” explicita (1) a ótica de leitura da obra de Marx que norteia a análise da sociedade capitalista; (2) a *questão social* no Brasil e a crise do capital (3 Analisa dois momentos privilegiados de aproximação do Serviço Social latino-americano ao marxismo: o movimento de reconceituação nas décadas de 1960-1970 e a experiência brasileira de superação da reconceituação a partir da crise da ditadura civil militar. (4) Finaliza apontando alguns desafios atuais em relação ao tema.

Marx¹ e a análise da sociedade capitalista

Marx é um pensador clássico, cuja produção vai além de seu tempo. Mas não é apenas um dentre outros clássicos: apresenta uma teoria que explica e nega a sociedade burguesa. Marx compreende cada forma no seu fluxo, no seu movimento contraditório, em sua dimensão histórica transitória, cuja interpretação é presidida por um radical humanismo que tem por centro atividade criadora do homem expressa no trabalho. “A crítica não arranca as flores imaginárias dos grilhões para o homem suporte os grilhões sem fantasia e consolo, mas para que se livre delas e possam brotar as flores vivas” (MARX, 1977b, p.4).

A negação que anima a sua construção teórico-metodológica é comprometida com a emancipação humana que se constrói historicamente. Ele propõe assim, uma radical interpretação da sociedade capitalista, de suas tendências de desenvolvimento e das leis de sua mudança: “Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem”. (MARX. idem, p. 8)

Marx constrói uma teoria social histórico-crítica - ou uma “teoria social crítica”, nos termos de Horkheimer (MARCUSE,1976). Segundo Ianni (1982), ela atribui centralidade ao trabalho, submete ao crivo da crítica todo o existente, desvenda as fantasias e os fetiches que obscurecem as relações entre os homens.

A obra de Marx está voltada para deslindar uma forma histórica de constituição da individualidade social, cujo ponto de partida histórico é a sociedade mercantil em suas tensões internas no horizonte de sua superação histórica. A teoria de Marx é “prático-crítica”, ou seja, incorpora a importância da práxis revolucionária (MARX, 1977b, p. 118): “Os

filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferentes; trata-se porem de modificá-lo”, como registra a *XI Tese sobre Feuerbach* (MARX, 1977b, p.120)

Marx analisa as desigualdades e antagonismos inerentes ao capital como relação social, desvendando-a em suas contradições, as quais impulsionam o movimento de ultrapassagem dessa forma histórica de organização da vida social. Esta análise requer indissociável interrelação entre teoria e processos históricos reais e o protagonismo dos produtores diretos: “Num povo a teoria realiza-se somente na medida em que é a realização de suas necessidades” (MARX e ENGELS, 1975, p 9).

Este reencontro com a vida e a obra de Marx nesse ciclo de comemorações é especial ante o silêncio, a indiferença e sua rejeição da academia. Uma academia majoritariamente prisioneira do que Jameson chamou de “lógica cultural do capitalismo tardio: a cultura pós-moderna”. Ela abraça a linguagem do comércio e da mercadoria e suas derivações: o pragmatismo, o efêmero, o elogio da diferença em detrimento da unidade; a recusa às “grandes narrativas” e o arrepio à totalidade social; o sucateamento dos grandes valores humanistas e da grande política - em favor da razão instrumental e da pequena política. A lógica do mercado, que se radicaliza no atual mundo das finanças sob a prevalência do capital que rende juros, contrapõe-se aos valores universais da modernidade e conduz à banalização do humano em sua integralidade.

O colapso do socialismo real e a atual crise do capital desafiam um fecundo reencontro com Marx cujo legado é fundamental: tanto o seu patrimônio categorial, que se mostra indispensável mas não suficiente ante as mudanças históricas do presente; quanto o método, sua grande contribuição, que consiste em uma maneira de ler a sociedade capitalista, captando os fenômenos em suas múltiplas relações e determinações, em sua processualidade enquanto totalidade histórica, atribuindo visibilidade à negatividade do trabalho.

Como sugere Netto (1991) é necessário aprender com Marx como ele constrói a sua teoria e o modo de pensar que preside suas elaborações; por um lado, o diálogo exaustivo e crítico com as teorias de seu tempo; por outro, a viva interação com as forças sociais que resistem e enfrentam a sociedade burguesa (o ponto de vista de classe). A ordem burguesa do presente não contesta as leis estruturais do desenvolvimento capitalista como o demonstra Harvey (1993), mas estas adquirem novas qualificações e desdobramentos históricos que exigem pesquisa e trabalho intelectual no “espírito” da produção de Marx.

A obra de Marx se constrói como parte do projeto de modernidade², impulsionado por pensadores iluministas: usar o conhecimento humano para a emancipação humana e o enriquecimento da vida. Porém êle e os socialistas introduzem uma dimensão de classe no modernismo, atribuindo-lhe historicidade. Marx reconhece um sentido histórico progressista à tendência ao desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo; e, simultaneamente, acusa a forma histórica que assume a apropriação privada das condições, dos frutos e do próprio trabalho, sobre a qual se estruturam as relações sociais, que fazem com que a obra do produtor direto a ele se anteponha com um caráter estranho. (Marx, 1980b).

Perry Anderson (1985) chama a atenção para vitalidade do marxismo, apoiada no fato de que ele inclui necessariamente sua autocrítica: “é uma teoria da história que reivindica ao mesmo tempo “uma história da teoria”, ou seja, transforma-se e nega-se no movimento da história. Com Goethe: “Eu sou tudo o que nega e, com razão, tudo o que nega merece

perecer”. Daí a fidelidade de seu método à captura do movimento da história, ao processo social sempre aberto ao novo. Rosa de Luxemburgo também sustenta que:

“a obra de Marx não é um Evangelho que ofereça verdades de última instância, acabadas e perenes, mas um manancial inesgotável de sugestões para continuar trabalhando com a inteligência, para continuar investigando e lutando pela verdade” (LUXEMBURGO, 1960, p. 393)

Nesse sentido para E. Hosbsbawn (2011, p. 15), Marx é um pensador do século XXI. A releitura de Marx, no meu entender, deve orientar-se pela apropriação das categorias da sociedade burguesa e da explicação de seu processo de mudança; e, fundamentalmente, pela busca de desentranhar do seu texto a lógica da explicação: o seu método, além da apropriação conceitual³. Aprender a pensar com Marx supõe mais que um “discurso sobre o método”. Exige uma leitura criteriosa e cuidadosa de sua teoria e a acuidade do pesquisador na investigação permanente da história da sociedade presente. Diz Engels (1977b): Marx não nos deixou uma lógica, mas a lógica de *O Capital*”

Lênin, no prefácio à Edição alemã do livro *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, nos instiga:

A dialética é incapaz de fornecer uma solução já pronta de modo a dispensar pesquisas. Ela apenas proporciona os meios de as realizarmos com método, dando acuidade ao olhar do pesquisador. Nisto é que consiste o seu mérito. Ela não nos coloca nas mãos, sem mais, resultados finais. (LENIN, 1982)

O Capital, a obra maior de Marx, está voltada ao estudo das leis de desenvolvimento da sociedade burguesa e suas tendências de mudança, que envolvem contratendências. Elas são fruto da capacidade humana de criar a história, pois “a sociedade não é um cristal sólido, mas um organismo capaz de mudança e em constante mudança” (MARX, 1985b, Prefácio a 1ª edição, p. 14). Assim, a Crítica da Economia Política é, em sua essência, uma *ciência histórica*: trata das leis do desenvolvimento da sociedade burguesa, das condições de seu funcionamento e de mudanças nas formas de produção. O método lógico era o único indicado para empreender a crítica da economia política.

Mas este método lógico não é, na realidade, senão o método histórico despojado das contingências perturbadoras. Ali onde começa a história deve começar também a cadeia do pensamento e o desenvolvimento ulterior deste não será mais que a imagem reflexa. Em forma abstrata e teoricamente consequente, da trajetória histórica. (ENGELS, 1977e, p.310)

Assim, a análise lógica não é uma operação arbitrária do pensamento; é determinada pelo próprio caráter dos fenômenos estudados e das conexões objetivas que existem entre eles. As categorias lógicas são também históricas. Elas supõem investigação histórica detalhada que implica “manter-se em contato constante com a realidade” (ENGELS, 1977e, p. 312). Assim as “categorias são modos de ser, determinações da existência” (MARX, 1974 a)

Importa salientar que Marx, em sua exposição, trata as categorias econômicas não pela ordem em que desempenharam um papel histórico, mas considerando as relações entre elas e

a sociedade burguesa. Usa o recurso da comparação histórica para iluminar, de modo patente, o caráter social da produção capitalista, sua particularidade histórica. O seu desafio é encontrar as categorias lógicas que são determinantes para compreender as relações passadas e presentes. “A economia política não trata de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última instância entre classes: embora estas relações sejam sempre ligadas a coisas e pareçam como coisas”. (ENGELS, 1977e, p.311)

Marx (1985b, p. 20) distingue o método de investigação e o método de exposição. O método de investigação consiste em assimilar em detalhe a matéria investigada, analisar suas formas de desenvolvimento, descobrir seus nexos internos. Só após terminar o processo explicativo, é possível expor adequadamente o seu movimento real. Assim, o método de exposição deve refletir idealmente a vida da matéria, correndo o risco de dar a impressão de uma construção a priori. Requer o esforço de lidar com a capacidade de abstração enquanto recurso indispensável ao conhecimento. No *Prefácio à edição francesa de O Capital*, diz:

Não há entrada já aberta para a ciência e, só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escaras abruptas, é que tem a chance de chegar aos seus cimos luminosos (MARX, 1985b, p. 23)

A exemplo, no *Prólogo a Primeira Edição de O Capital* (MARX, 1985b), o autor, referindo-se ao capítulo primeiro relativo à mercadoria - que expõe a substância, grandeza e forma do valor, a qual adquire seu corpo definitivo no dinheiro -, considera-o como o mais complexo e de mais difícil compreensão, assim justificado:

Porque é mais fácil estudar o organismo desenvolvido que a simples célula. Na análise das formas econômicas não servem o microscópio e nem os reatores químicos. O único meio que dispomos neste campo, é a capacidade de abstração. A forma mercadoria que o produto do trabalho adota ou a forma do valor que reveste a mercadoria, é a célula econômica da sociedade burguesa (p. 12).

No Prefácio do livro II de *O Capital*, Engels (In MARX, 1985b, volume II. Livro segundo, p. 5 -17), respondendo a acusação feita a Marx de plagiar Rodbertus - que reivindica para si a descoberta da mais-valia-, aponta a contribuição original de Marx para a teoria sobre a mais-valia. A existência de parcela do valor do produto – hoje chamada mais-valia – já havia sido detectada muito antes de Marx: no produto do trabalho pelo qual o usurpador não pagou qualquer equivalente. Mas a economia política clássica investiga a proporção em que o produto do trabalho é repartido entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção; e os socialistas utópicos consideram injusta esta repartição e procuram os meios utópicos para eliminar essa injustiça. Marx insurge-se contra as análises de todos os seus predecessores, como sua antítese. Onde haviam visto uma solução, ele viu apenas um problema: não se trata de pura constatação de um fato econômico e nem de um conflito com a justiça eterna e com a verdadeira moral. Mas um fato que oferece a chave para o entendimento de toda a produção capitalista. Daí Marx investigou todas as categorias econômicas preexistentes.

1. Para entender a mais-valia, era preciso entender o valor (daí submete a crítica a teoria ricardiana)

2. investigou o trabalho em sua função criadora de valor e estabeleceu, pela primeira vez: qual trabalho, como e porque ele constitui valor, e descobre que valor em geral é *trabalho geral cristalizado*;
3. investigou a relação entre mercadoria e dinheiro e demonstrou como e porque - graças à qualidade a ela inerente - a mercadoria tem que produzir a antítese entre mercadoria e dinheiro – e elabora a primeira teoria exaustiva do dinheiro;
4. ao colocar a força de trabalho na sua qualidade de criadora de valor no lugar do trabalho, resolve dificuldades da escola ricardiana;
5. distingue capital constante e capital variável, o que lhe permite explicar o processo de formação da mais-valia;
6. descobre as duas formas de mais-valia: absoluta e relativa, assinalando o papel que a mais-valia desempenha no desenvolvimento histórico da produção;
7. com base na mais-valia desenvolve uma *teoria geral do salário*;
8. traça, pela primeira vez, uma história da acumulação capitalista e suas tendências históricas.

“Questão social” e crise do capital

Sabe-se que a *questão social* é indissociável da sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes, envolvendo uma *arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais, presidida pelo desenvolvimento desigual e combinado, onde convivem coexistindo temporalidades históricas diversas.*

A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. Trabalho e acumulação são duas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população trabalhadora, como já alertou Marx (1985b).

Sendo o capital uma relação social por excelência, em sua busca incessante de lucro tende a expandir-se indefinidamente por meio da apropriação de trabalho não pago dos trabalhadores. Seu ciclo expansionista realiza-se por meio da ampliação da parcela do capital investida em meios de produção – capital constante – aumentando a produtividade do trabalho e reduzindo relativamente aquela porção de capital investida em força de trabalho – capital variável. Assim, outra condição e resultado contraditório desse mesmo processo é a *ampliação da superpopulação relativa* - ou população “sobrante” para as necessidades médias de valorização do capital -, fazendo crescer o desemprego e a precarização das relações de trabalho. Assim, o *pauperismo como resultado do trabalho – do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social* -, é uma especificidade da produção fundada no capital (MARX,1985b; NETTO, 2001). Em outros termos, o processo de acumulação ao realizar-se faz crescer o fosso das desigualdades entre as classes sociais - a acumulação da

riqueza e da pobreza -, o que, por sua vez, restringe a capacidade de consumo das mercadorias produzidas.

Em relação às crises econômicas e sociais em períodos regressivos, como na atualidade, assim se manifesta Mandel (1998, p. 89):

O conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas objetivamente cada mais socializadas por um lado e as relações capitalistas de produção baseadas na apropriação privada por outro lado, determinam tanto as crises econômicas recorrentes quanto as crises sociais, o que se torna terrivelmente explosivo tão logo a sociedade burguesa tenha cumprido a sua função progressista, no período do declínio histórico”

Segundo Chesnais (2012, p.2), a *superacumulação de capacidades de produção e a relativa superprodução de mercadorias ante a taxa mínima de lucro com a qual os capitalistas continuam investindo e produzindo - é o substrato fundamental da crise atual. O capital tem que encontrar mercados para compra e venda da produção, dispor de poder de compra de parte do consumidor e de lócus para investimento do chamado “excesso de liquidez”*: da massa crescente de capital dinheiro à procura de um nicho rentável para reproduzir-se. A maior barreira que o capital encontra novamente frente a si mesmo é fruto de sua insaciável sede de mais-valia.

A “questão social” condensa múltiplas desigualdades mediadas *por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais*, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada dos frutos do trabalho, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa *luta aberta e surda pela cidadania*. (IANNI, 1992), no embate pelo *respeito aos direitos civis, políticos e sociais e aos direitos humanos*. Tal processo é denso de *conformismos e rebeldias*, expressando a consciência e luta que acumule forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a *questão social* para a esfera pública. Ela passa a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e nos serviços sociais, mediações fundamentais para o trabalho do assistente social.

No Brasil, segundo Fernandes (1975), a *expansão monopolista manteve a dominação imperialista e a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional*. Ela aprofundou as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que vem favorecendo a *concentração de renda, prestígio e poder ao nível social, étnico e regional*. Aquela expansão redundou numa *forma típica de dominação política, de cunho contrarrevolucionário*, em que o Estado, capturado historicamente pelo bloco do poder, assume um papel decisivo na unificação dos interesses das frações e classes burguesas; e na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade, antecipando-se às pressões populares e realizando mudanças para preservar a ordem. Os traços elitistas e antipopulares da transformação política e da modernização econômica se expressam na conciliação entre as frações das classes dominantes com a exclusão das forças populares e no recurso frequente aos aparelhos repressivos e à intervenção econômica do

Estado. (COUTINHO, 1989, p. 122). Esta estratégia se atualiza hoje tanto na *criminalização da questão social*, quanto na decisiva interferência do Estado *na estruturação de políticas anticíclicas para o capital* na contramão das necessidades da maioria.

Nesses tempos regressivos de conquistas civilizatórias e de avanço das forças conservadoras e reacionárias no cenário mundial, o Brasil não é exceção. Acompanhando o golpe político, que destituiu a presidenta da República eleita, capitaneado pelos poderes legislativo e judiciário com o apoio da grande mídia, ao arripio da Carta Constitucional, presencia-se a degradação dos poderes da República. Ela se expressa no assalto ao Estado por parte de decadentes representantes das elites econômicas e políticas, com o impulso da grande mídia. O Estado tem sido submetido, de forma contundente, aos interesses do grande capital nativo e externo, mediante um novo ciclo de apropriação do fundo público voltado a interesses particularistas privados num contexto de crise do capital. Ela se expressa, no país, na desaceleração da acumulação, na intensificação da exploração do trabalho, na redução do poder de compra dos trabalhadores ante o avanço exponencial do desemprego, que atinge, em 2017, a cifra de 13,2 milhões de trabalhadores⁴. Alia-se a redução das ofertas de postos de trabalho formal, a crescente precarização dos vínculos trabalhistas e o aumento de pessoas em situação de extrema pobreza no país.

Segundo o Banco Mundial, nos países classificados como de médio/alto desenvolvimento – como os da América Latina -, a linha de corte da extrema pobreza é representada por aqueles que têm uma renda domiciliar per capita dia de US\$1,90, o que equivalia, em 2016, a R\$133,72 mensais. Este valor atualizado pelo IPCA corresponde a R\$ 136, em 2017. (Idem). Dados da Pesquisa de Amostra de Domicílios (PNAD, 2017) do IBGE mostram que o contingente da extrema pobreza no país saltou de 13,34 milhões em 2016 para 14,83 milhões em 2017, passando a representar 7,2% da população brasileira. Entre 2016 e 2017, houve um aumento de 11,2% do número de pessoas em situação de extrema pobreza que cresceu em todas as regiões do país (Valor Economico,12/04//2018).

Observa-se, simultaneamente, o desmonte dos direitos sociais e das políticas públicas correspondentes. Intensifica-se a criminalização das classes subalternas – especialmente de jovens, negros, trabalhadores residentes nas periferias de grandes cidades - e dos movimentos sociais no campo e na cidade.

A desigualdade no campo é indissociável do processo de “modernização produtiva”, impulsionada pelo agronegócio, e da inserção do País no competitivo mercado mundial de *commodities* agrícolas, atualizando sua condição histórica de economia agroexportadora. Verifica-se, ao mesmo tempo uma intensa *internacionalização do território brasileiro* mediante a compra de terras por parte dos grandes conglomerados financeiros mundiais, sem controle público, tendo em vista a produção de produtos agropecuários para exportação, a disputa pela água, por recursos minerais e pela biodiversidade. Esses processos têm derivações na demarcação das terras indígenas e das populações tradicionais e na expropriação de recursos minerais, do que é exemplo a privatização do PRE-SAL na exploração petrolífera.

As forças de esquerda sofrem importantes metamorfoses devido aos efeitos da crise econômica e institucional, que afeta o trabalho e emprego. A ampla investida governamental, na última década, na cooptação e institucionalização dos movimentos sociais, que passam a depender do fundo público, afeta suas formas de organização e ação

política em detrimento de sua autonomia de classe. Este quadro também fragiliza a organização e luta dos trabalhadores numa conjuntura recessiva, agravado por dificuldades das esquerdas de encontrarem patamares comuns de organização e de luta, respeitando a sua diversidade.

O Brasil viveu, no ano de 2017, a segunda e a terceira greve geral desde a ditadura de 1964 - a primeira foi em 1989 -. Elas foram convocadas pelas centrais sindicais e movimentos sociais e pararam o país, expandindo-se às cidades médias, além das metrópoles urbanas. Contaram com o apoio e presença de organizações da sociedade civil: a Igreja, com o firme protagonismo da CNBB -, órgãos de representações de trabalhadores, funcionários públicos, Universidades com seus docentes e estudantes - dentre outras. Foram também alvo dessas manifestações a denúncia das contrarreformas trabalhista e previdenciária, que desmontam conquistas consolidadas na Carta Constitucional de 1988.

Não há como silenciar a prisão política do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no corrente ano, com base em um processo judicial sem provas, na tentativa de excluí-lo do panorama político das eleições presidenciais. A revolta de amplos segmentos da sociedade brasileira e importantes apoios internacionais têm se expressado em contundentes manifestações públicas de várias ordens com potenciais espaços à articulação política das esquerdas.

Aproximações do Serviço Social latino-americano ao marxismo

Primeira aproximação do Serviço Social ao marxismo

A primeira aproximação do Serviço Social latino-americano ao marxismo - universo cultural e político inteiramente estranho e alheio à nossa história profissional - ocorre, nas décadas de 1960-1970, a partir do Movimento de Reconceituação na América Latina. Este é um marco na aproximação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas. Esse universo político e cultural foi veiculado com forte influência da prática política da produção de autores que subsidiavam programas e ações de grupos e organizações de esquerda nos distintos países (IAMAMOTO e SANTOS, 2016⁵).

Esse período histórico é presidido pelo ascenso e hegemonia do imperialismo norte-americano nas três “*décadas de ouro do capital*” (1945-1973), desvelando simultaneamente as contradições que surgem no seio desse processo e impulsionam a *crise estrutural do capital* (MESZÁROS, 2013, MANDEL, 1990) e as subsequentes medidas de ajuste e restauração das taxas de lucro a partir das décadas de setenta-oitenta na América Latina.

No cenário histórico da época, merecem ser lembrados dentre outros: o “maio de 1968”, em Paris, no coração da Europa, que traz sérios questionamentos à sociedade capitalista por parte de estudantes e trabalhadores; a condenação generalizada à agressão imperialista no Vietnã que, no final, resultou na derrota militar e simbólica dos Estados Unidos.

Tais processos também afetam o Serviço Social europeu, especialmente o anglossaxão, no horizonte da crítica ao conservadorismo na profissão, que será objeto de atenção sistemática nesta pesquisa, uma de suas dimensões inovadoras. Em Portugal, a luta contra a

ditadura de Salazar, cujo ocaso ocorre em 1974, contribui para desencadear questionamentos à neutralidade da profissão, à atuação em projetos de Desenvolvimento Comunitário associados ao desenvolvimentismo e à questão colonial – marcando presença a organização sindical dos assistentes sociais -, em um contexto de resistência à ditadura e ao Serviço Social tradicional (MARTINS, 2002.) Na Espanha, a longa ditadura de Francisco Franco (1936-1973) conta com o apoio da Igreja Católica e do Exército em sua política anticomunista no contexto da guerra fria. Ela é beneficiada com investimentos norte-americanos ao crescimento econômico do país em troca do estabelecimento de bases militares no território espanhol.

Na África, a luta anticolonialista culminou com a independência de vários países que enfrentaram frontalmente o imperialismo, rompendo com a identidade atribuída pelos colonizadores. Angola, Congo, Moçambique, dentre outros, representaram o triunfo da “independência política” frente ao poder capitalista europeu e uma temida aproximação às forças soviéticas.

Na década de sessenta do século XX, emoldurado pelo contexto geopolítico da guerra fria, governos dos Estados Unidos financiam a contrarrevolução na América Latina, aprofundando o desenvolvimento histórico desigual e combinado. Em “*Nuestra América*” - una e múltipla são recorrentes os desencontros entre Estado e a sociedade, as tensões entre o arcaico e o moderno. Tais paradoxos são condensados na “questão social” e na “questão nacional”, indissociáveis da ação do poder imperialista, tensionadas por lutas e movimentos sociais (IANNI, 1993) Experiências de inspiração socialista e/ou democrático-popular vicejam na América Latina: a de Allende, no Chile, até 1973; de Granada sob a liderança de Maurice Bishop, destruída pela invasão norte-americana em 1983; a vitória da revolução sandinista da Nicarágua; a revolução popular em El Salvador, com duração de 12 anos, desativada em 1992; a revolução popular na República Dominicana, interrompida, em 1965, por invasão de forças norte-americanas e brasileiras. E as forças da contrarrevolução, impulsionadas pelos EUA, se afirmam no fascismo de Pinochet, nas ditaduras militares na Argentina, Brasil e Uruguai, destroçando ensaios democráticos importantes. São seguidas da invasão do Panamá pelos Estados Unidos, em 1989. Na América Latina, como salienta Ianni (1993, 2009), o Estado é forte, a democracia episódica, as ditaduras recorrentes e as lutas permanentes. E os “trabajadores sociais” também se movimentam, questionados pelas forças políticas que se condessam na sua atuação e em suas elaborações culturais.

O movimento de reconceituação⁶ (ALAYÓN, 1975, 2005) expressa um amplo questionamento da profissão de Serviço Social (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais que reclamam pesquisa. *Mas sua unidade assentava-se na busca de construção de um Serviço Social latino-americano*: na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais. Denunciava-se a pretensa neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos das atividades de assistentes sociais aprisionadas em micro espaços sociais e a debilidade teórica no universo profissional (IAMAMOTO 1998).

Os assistentes sociais latino-americanos assumem o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos trabalhadores e

“marginalizados” na região. De base teórica e metodológica eclética, esse movimento foi inicialmente polarizado pelas teorias desenvolvimentistas. Seus desdobramentos, especialmente a partir de 1971, condensam as primeiras aproximações do Serviço Social à rica e diversificada tradição marxista, haurida em manuais de divulgação do marxismo-leninismo, na vulgata soviética, em textos maoístas, no estruturalismo francês de Althusser, e nas elaborações relativas a “teoria da dependência” (CARDOSO e FALETTO, 1970; MARINI, 1973; BAMBIRRA, 1974; DOS SANTOS, 2000, FRANK, 1973, 1991, dentre outros), além de influências de menor porte. Registra-se, entretanto, a ausência de uma aproximação rigorosa aos textos de Marx. (QUIROGA, 1991; SILVA, 1991; IAMAMOTO, 1998).

Dentre as preocupações fundamentais da reconceitualização podem ser salientados: 1) a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países centrais para a contextualização histórica da ação profissional, o que intensificou o diálogo com as ciências sociais, políticas e econômicas; 2) a criação de um projeto profissional abrangente, atento às características latino-americanas e vinculado às lutas e movimentos sociais, em contraposição ao tradicionalismo, envolvendo critérios teórico-metodológicos e prático-interventivos; 3) a busca de atribuir um estatuto científico ao Serviço Social lançando-o no campo dos embates epistemológicos, metodológicos e das ideologias; 4) a explícita politização da ação profissional, solidária com a libertação dos oprimidos e comprometida com a “transformação social” na linguagem usual da época. Tais preocupações canalizam-se para a reestruturação da formação profissional que articule ensino, pesquisa e prática profissional, exigindo da universidade o exercício da crítica, da polêmica, da produção criadora de conhecimento no estreitamento de seus vínculos com a sociedade (IAMAMOTO, 1998, p. 209). As unidades de ensino foram o principal *locus* desse movimento⁷.

Em que pese as diferenças nacionais, o debate nos países de língua espanhola do Cone Sul foi fortemente marcado por uma perspectiva crítico-dialética que passava pelos condutos da prática política-partidária. Inquietudes eram transferidas da militância para a profissão - o que, não raras vezes, tendia a erodir as bases propriamente profissionais de inscrição do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho. Estabelecia-se frequentemente uma relação de identidade entre militância e profissão, deixando de lado suas diferenças e impedindo assim a análise de suas mútuas relações. Tais caminhos condicionam também os condutos teóricos pelos quais se deu a aproximação ao marxismo: manuais de divulgação do “marxismo oficial”, autores descobertos na militância política (Lênin, Trotsky, Mao, Guevara) cujas produções eram seletivamente apropriadas numa ótica utilitária em função de exigências prático-imediatas. Difunde-se, ainda, uma clara dissociação entre o chamado “materialismo histórico e o materialismo dialético”. Estão ausentes dessa primeira aproximação a categoria trabalho, ontologicamente determinante na obra de Marx – e a teoria do valor e sua autovalorização pela exploração do trabalho, fruto da extração e mais-valia, ou seja, a Crítica da Economia Política. Esta é condição, como afirma Rubin (1987) para sustentar a centralidade do fetichismo da mercadoria, o que supõe atribuir relevo à forma do valor (para além da substância e grandeza do valor) superando a economia política clássica. É este salto que permite à teoria marxiana afirmar o caráter especificamente sócio-histórico das relações sociais mercantis. Silenciando dimensões fulcrais como essas, disseminam-se tanto o viés politicista da leitura de Marx, quanto os “metodologismos” e os “viéses epistemológicos” com a redução do método a pautas e procedimentos da ação

profissional – descaminhos ainda persistentes na atualidade. Tem-se, assim, um efetivo empobrecimento do potencial da análise marxiana, essa desconhecida. Enraízam aí dilemas, ainda hoje presentes no exercício profissional, como o fatalismo e o messianismo, o voluntarismo e o determinismo, cativos de uma análise da “prática profissional” esvaziada de historicidade. (IAMAMOTO, 1998).

Como já analisou Quiroga (1991), essa aproximação foi presidida por um “marxismo sem Marx”, ou no máximo com a presença dos mais difundidos textos políticos de Marx e Engels, o que é ainda uma senda aberta à pesquisa. Passam a marcar presença no universo cultural do “Trabajo Social latinoamericano”: a) a literatura do marxismo oficial, difundida pelo Partido Comunista da URSS; b) influxos da revolução cultural chinesa conduzida por Mao Tse Tung, com destaque aos textos sobre a prática e sobre a teoria; c) o marxismo estruturalista francês de Louis Althusser e suas análises sobre a prática teórica e o aparato ideológico do Estado; d) as propostas educativas de Paulo Freire, um educador brasileiro que inscreveu a educação popular na história das ideias pedagógicas, articulando educação e vida numa proposta de formação radicalmente humanista, em contrapartida à pedagogia tecnicista prevalecente. O processo educativo – em especial a alfabetização de jovens e adultos -, passa a ser experimentado como uma “prática de liberdade” e vivência democrática enraizada nos grandes dilemas nacionais expressos na vida das maiorias: uma “pedagogia dos oprimidos”, voltada à formação de consciência crítica e ao protagonismo histórico dos sujeitos, no respeito à sua cultura; uma educação que rompa amarras do pensamento e da ação, nutrindo-se de indignação e tolerância, no horizonte de tempos mais justos e democráticos, de paz e esperança na humanidade. e) a produção de teólogos progressistas da Igreja Católica, e/ou representantes da “teologia da libertação”, cujo marco fundador foi o texto do peruano Gustavo Gutierrez, *Hacia la Teología de la Liberación*, publicado em 1971. Ele estabelece um diálogo com a teoria social marxista voltada à análise da sociedade (Gramsci, Althusser, Bloch, Marcuse, Sanches Vazquez, e sobretudo, Jose Carlos Mariátegui). Os representantes da teologia da libertação inspiram-se no Concílio Vaticano II (1962⁸) que expressa a busca da Igreja Católica de respostas aos desafios da época, afirmando compromisso com os oprimidos e denunciando injustiças contra os pobres que confrontam o espírito do Evangelho. O período de 1968-1975 foi de expansão da Teologia da Libertação⁹, que, progressivamente, se transforma em uma proposta dos vencidos – e não de vencedores - e de resistência no interior da instituição eclesial, desdobrando-se nas teologias negra, indígena, feminista da libertação (BOFF, 1996).

Segunda aproximação do Serviço Social ao marxismo

A *segunda aproximação* do Serviço Social latino-americano à tradição marxista expressa-se na superação do movimento de reconceituação, cuja referência é a experiência brasileira na crise da ditadura e das lutas pela democracia.

No país, o período de vigência da reconceituação (1965-1975) coincide com a vigência da ditadura civil-militar (1964-1985). Aqui o debate assumiu outras tonalidades e recebe distintas influências: especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos,

expresso nos Documentos de Araxá e de Teresópolis, publicados pela Conferência Brasileira de Cooperação e intercâmbio em Serviços Sociais (CBCISS). Nos termos de Aquin (2005) uma “reconceituação conservadora”, que disputa a hegemonia e expressa a diversidade de orientações profissionais na América Latina e no Caribe.

O Brasil dispunha, nesse período, de um polo de resistência à essa vertente modernizadora, liderado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG)¹⁰, pioneiramente integrado aos rumos do movimento de reconceituação latino-americano, tal como se expressou nos países de língua espanhola, com forte interlocução com as experiências chilenas. Ela é também traz em si as limitações teórico-metodológicas e as ilusões características de uma parcela da vanguarda profissional progressista naquele momento. Tem-se por exemplo o trato dos objetivos-fins profissionais: "a transformação do homem e da sociedade", mediados pelos processos de capacitação, conscientização e organização, estes inspirados “pedagogia do oprimido”, na perspectiva de Paulo Freire. A proposta em discussão exemplifica tipicamente o que Quiroga (1991) qualifica de "invasão às ocultas" do positivismo no marxismo. O traço eclético que preside os fundamentos teóricos que sustentam o "Método Belo Horizonte" explica aquela "invasão": o estruturalismo althusseriano, o marxismo difundido a partir da II Internacional, haurido em manuais de "marxismo-leninismo" na sua versão tida como "oficial"; a inspiração maoísta presente na análise das relações entre teoria e prática, redundando num empirismo incontestado expresso na máxima: "a prática como fonte de teoria”.

No Brasil, a ditadura propiciou o aprofundamento da expansão monopolista com significativas alterações no processo produtivo, na reorganização do Estado com irradiações no conjunto dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil (em especial a Universidade). Tais condições históricas tornaram possível a gestação de um *novo perfil* profissional, ainda no período ditatorial: consolida-se um mercado de trabalho efetivamente nacional para os assistentes sociais, cresce o contingente profissional, realiza-se efetiva inserção da formação nos quadros universitários, sujeita às exigências de ensino, pesquisa e extensão. Instala-se a pós-graduação *stricto sensu* nutrindo a produção científica, o diálogo acadêmico com áreas afins, o mercado editorial e a renovação dos quadros docentes. Esta maturação acadêmica - ainda em tempos sombrios que lançou profundas amarras sobre a sociedade civil – irá florescer no período da crise da ditadura, fazendo com que o Serviço Social viva um *descompasso: ao mesmo tempo em que dispõe de condições materiais para dar o salto necessário tendo em vista responder ao avanço das lutas pelos direitos sociais e políticos, carecia de massa crítica para embasar uma autorrenovação nesses rumos*. Esse descompasso propiciou um reencontro do Serviço Social brasileiro com as inquietudes profissionais e políticas do movimento de reconceituação. Já não era possível sua mera reiteração. A sociedade brasileira, e nela, a profissão haviam amadurecido historicamente. Verifica-se um *esforço de articulação entre a história do país, a crítica do conhecimento e a profissão, que passa a presidir o debate brasileiro no âmbito da tradição marxista*

Os rumos assumidos pelo debate brasileiro estabelecem *uma relação de continuidade e ruptura com os interrogantes do movimento de reconceituação*. A *continuidade busca manter vivo o espírito que cultiva a crítica tanto ao conservadorismo profissional quanto à vulgarização marxista, no resgate do legado marxiano para inspirar a análise da sociedade e da profissão*. Já a *ruptura foi construída no processo mesmo de aprofundamento das premissas e propósitos do referido movimento em seu vínculo com as lutas e movimentos*

sociais. Adensado pelas inéditas condições histórico-profissionais presentes na decadência da ditadura, seu desenvolvimento criou as possibilidades à ultrapassagem da reconceitualização: a sua *superação*. Esse trajeto profissional é tributário de amplo movimento pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias, que impulsionaram a crise da ditadura militar: a ditadura do grande capital, nos termos de Ianni (1981). Foi no processo de ascensão dos movimentos políticos das classes trabalhadoras e das lutas em torno da defesa do Estado de Direito, da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, que a categoria de assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e mostrou-se sensível aos clamores da história.

Esta trajetória também registra, academicamente, o protagonismo do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), organismo de cooperação técnica internacional, vinculado à Asociación Latinoamericana de Trabajo Social (ALAETS), que influencia os rumos do Serviço Social brasileiro¹¹. A partir da década de 1980 muitas foram as contribuições academicamente decisivas que consubstanciam a relação entre Serviço Social e tradição marxista e atestam a fecundidade desta perspectiva teórico-metodológica para decifrar a sociedade e a análise da profissão na história, destacando-se a produção de Netto (1991,1992.,

Desde a década de 1980 sustento ser o Serviço Social uma *especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social*, o que supõe afirmar o primado do *trabalho* na constituição dos indivíduos sociais, distinto da prioridade do mercado, tão cara aos liberais. Indaga-se sobre o *significado social do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais, numa perspectiva de totalidade histórica* (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 1982). Afirma-se a dimensão contraditória das demandas e requisições sociais que se apresentam à profissão, expressão das forças sociais que nelas incidem: tanto o movimento do capital quanto os direitos, valores e princípios que fazem parte das conquistas e do ideário dos trabalhadores

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista é apreendida como reprodução *desta sociedade, em seu movimento e em suas contradições*: de um modo de vida que envolve o cotidiano da vida social. O processo de reprodução das relações sociais não se reduz, pois, à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os abarque. Ele refere-se à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes. Abrange a reprodução da vida material e da vida espiritual, isto é, das formas de consciência social – jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas - através das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção da vida material, pensam e se posicionam na sociedade. Esse modo de vida implica contradições básicas: por um lado, a igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica derivada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta à apropriação privada do trabalho alheio. Por outro lado, ao crescimento do capital corresponde a crescente pauperização relativa do trabalhador, o que se encontra na gênese da “questão social” nessa sociedade. Assim, o processo de reprodução das relações sociais não é mera repetição ou reposição do instituído. É, também, criação de novas necessidades, de novas forças produtivas sociais do trabalho em cujo processo aprofunda

desigualdades; e são criadas novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder e pela hegemonia de parte das diferentes classes e grupos na sociedade. Este tema é também tratado por Henri Lefebvre em *A (re)produção das relações sociais de produção* (1973). Este rumo da análise recusa visões unilaterais que apreendem dimensões isoladas da realidade, sejam elas de cunho *economicista, politicista ou culturalista*.

A concepção acima assinalada apóia-se centralmente em *O Capital*. Crítica da Economia Política (1985b), e em *O Capital. Capítulo VI. Inédito* (1973). Este texto dispõe de um potencial político que o aproxima de *O Manifesto Comunista*, (1998) ao demonstrar que as relações sociais capitalistas recriam ampliadamente o capital, a classe trabalhadora e as contradições inerentes à esta relação, as quais impulsionam a sua superação, como sustenta o tradutor italiano dessa obra, Bruno Maffi: Marx nesse texto, demonstra como surgem dentro do próprio capitalismo as forças destinadas a sepultá-lo¹².

A la producción capitalista no es solo reproducción en una escala siempre creciente, y en la misma medida en que, con el modo de producción capitalista se desenrolla la fuerza productiva social del trabajo crece también frente al obrero la riqueza acumulada, como riqueza que o domina, como capital, se extiende frente a él el mundo de la riqueza como un mundo ajeno y que o domina, y en la misma proporción se desenvuelve por oposición su pobreza, indigencia y sujeción subjetivas. Su *vaciamiento* e *esa plétora* se corresponden, van a la par. Al mismo tiempo se acrecenta la masa de esos médios de producción vivos del capital: el proletariado laborioso. Por ende, el crecimiento de lcapital y el aumento del proeletariado se presentan como produtos concomitantes, aunque polarmente opostos, del mismo proceso”. (MARX, 1971, p.103)

A temática da (re)produção das relações sociais é substancialmentene reposta no *Livro III de O Capital*, na seção VII, “O rendimento e suas fontes” (MARX, 1985b,1986), especialmente no capítulo XLVIII - A Formula Trinitária- , resgatando elementos essenciais do *Capitulo VI. Inédito*:

O capital, não é uma coisa material, mas determinada relação de produção, social, correspondente a uma formação sócio histórica que se representa numa coisa e dá um caráter eepcidicamente social a essa coisa. O Capital não é a soma dos meios de produção materiais produzidos. O capital são os meiso de produção transformados em capital, que, em si, são tão pouco capital quanto ouro ou prata são, em si, dinheiro. São os meios de produção monopolizados por determinadaparte da sociedade, os produtos autonomizados em relação à força de trabalho viva e às condições de atividade exatamente dessa força de trabalho, que são personificados no capital por meio dessa oposição (MARX, 1986 Vol. V, p. 269)

A sociedade – considerada na sua estrutura econômica – é a totalidade das relações mutuas em que se encontram os agentes da produção e a natureza, mediante as quais produzem. O processo capitalista de produção desenvolve-se, portanto, sob determinadas condições materiais de produção, que são expoentes de determinadas relações sociais que os indivíduos contraem no processo de reprodução de sua vida. Ele representa uma forma historicamente determinada do processo social de produção. Ele é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana quanto um processo que se desenvolve

sob relações de produção histórico-econômicas específicas. Ele supõe um processo de mistificação do capital: conversão das relações sociais, que se expressam em elementos materiais da riqueza, em propriedades dessas coisas: materialização das relações sociais e personificação das coisas. Mas é também reprodução ampliada das contradições que as presidem:

Duas características são básicas do regime capitalista de produção:

1. Criar objetos como mercadorias – a mercadoria constitui o seu caráter predominante e determinante dos produtos (*mercadoria como produto do capital*, o que requer o trabalhador livre assalariado e o capital). *Nesta forma específica do valor, o trabalho só rege como trabalho social e o trabalho social só se expressa sob a forma do valor.*

2. A produção da mais valia é a finalidade e o móvel permanente da produção. A tendência de reduzir o preço de custo a um mínimo se converte na alavanca mais poderosa para a intensificação da força produtiva do trabalho que aparece como intensificação da força produtiva do capital.

Afirma-se, pois, o privilégio do momento da produção, visto que as relações concretas de distribuição pressupõem determinadas relações históricas entre os agentes de produção. Cada forma histórica concreta desenvolve a base material e a forma social, expressando o conflito, que se encontra na raiz das crises, entre forças produtivas (base material) e relações sociais de produção (forma social).

Como sustentam as diretrizes curriculares para o ensino graduado (ABEPSS/CEDEPSS,1996): “O significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das ‘sequelas’ da *questão social*”. É esta presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. Os (as) assistentes sociais têm nas múltiplas expressões da “questão social”, tais como vividas pelos indivíduos sociais, a “matéria” sobre a qual incide o trabalho profissional.

Considerações finais

No século XXI, o Serviço Social latino-americano dispõe de outra reserva de forças acadêmico-profissionais acumuladas em meio século de desenvolvimento da profissão para responder os desafios históricos do presente.

Após os chamados trinta anos gloriosos de expansão capitalista desde o pós-guerra – que circunscrevem a reconceitualização –, a economia mundial ingressa em uma tendência de baixo crescimento - ou uma “onda longa depressiva”, nos termos de Mandel (1985, 1990) –, que vem alterando a distribuição do poder mundial. Nas épocas de crise, o capital (incluindo os governos, bancos centrais, Fundo Monetário Internacional, centros privados de centralização de poder e de capital) ficam emperrados em suas próprias contradições, enfrentando as barreiras por ele criadas, como alerta Chesnais (2013). Em outros termos, a crise é parte constitutiva do movimento do capital e não uma disfunção ou problema de regulação. (BEHRING, 2010).

A crise financeira atual desencadeada na Europa, em 2007, é a expressão, na esfera das finanças, da situação de estagnação da economia mundial. Seu substrato reside no superpoder das instituições financeiras, na superprodução e na superacumulação de capacidades de produção especialmente elevadas em um contexto de intensa concorrência intercapitalista. Ela é acompanhada de uma acumulação de capital fictício sem precedentes, às quais se aliam a difícil situação dos trabalhadores em qualquer parte do mundo (CHESNAIS, 2013, p.2).

Na busca incessante de lucro, o capital incorpora inovações científicas e tecnológicas, aumentando a produtividade do trabalho. Simultaneamente reduz relativamente o investimento em trabalho vivo, diminuindo a oferta de emprego em relação ao investimento realizado. Amplia-se a *superpopulação relativa* - ou população “sobrante” para as necessidades médias de valorização do capital -, condição e resultado contraditório a acumulação. Assim, faz crescer o desemprego e a precarização das relações de trabalho. Esta dinâmica conta com o suporte fundamental do *Estado e do fundo público* – e particularmente do crédito estatal – pressuposto e resultado da acumulação. (OLIVEIRA, 1998).

As políticas anticrise de raiz liberal são partes de um *projeto de classe* destinadas a restaurar e consolidar o poder do capital, privatizando lucros e socializando custos, como alerta Harvey (2011). Alarga-se a distância entre ricos e pobres, radicalizando as desigualdades sociais e as lutas contra as mesmas. A mundialização tem decisivas repercussões na órbita das políticas públicas, mediante as diretrizes de *focalização, privatização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho*.

Os investimentos em ações de empresas no mercado financeiro apostam em *expectativas de lucratividade futuras dessas empresas*, interferindo silenciosamente: nas políticas de gestão e de enxugamento da mão de obra; na intensificação do trabalho e no aumento da jornada; no estímulo à competição entre os trabalhadores num contexto recessivo, dificultando a organização sindical; na elevação da produtividade do trabalho com tecnologias poupadoras de mão de obra; nos chamamentos à participação e consentimento dos trabalhadores às metas empresariais. Estas metamorfoses do mercado e das condições de contratação do trabalho atingem o conjunto dos trabalhadores e, também os assistentes sociais, enquanto assalariados. Cresce o *trabalho precário, temporário, a contratação por projetos*, que geram: *insegurança da vida dos profissionais* mediante a ausência de horizonte de largo prazo de emprego (IAMAMOTO 2007)

Na cadência da história, novos desafios se apresentam na interlocução entre marxismo e Serviço Social. Por um lado, decifrar o cenário que prevalece nas finanças e as formas de captura dos Estados nacionais por parte dos blocos de poder, cujos desdobramentos reverberam nas políticas públicas. Por outro lado, acompanhar os conflitos, lutas e movimentos sociais na atualidade, intensificando formas de interlocução e apoio por parte da categoria de assistentes sociais com os mesmos. Requer, ainda, de parte dos pesquisadores, dar continuidade à apropriação teórica de sugestões de análise dessa tradição intelectual para pensar as finanças e seus desdobramentos no presente; e produzir subsídios para sua elucidação nas particularidades brasileiras.

Todos somos desafiados a decifrar o movimento das forças sociais na atualidade e suas refrações nas condições e relações de trabalho em que operamos. E nos unirmos às forças sociais que apostam nos interesses e necessidades das maiorias trabalhadoras, apoiando, no

trabalho cotidiano e por meio de nossas entidades representativas, os sujeitos individuais e coletivos que requerem e defendem seus direitos, suas formas de expressão culturais e suas lutas políticas. Estas são condições para (re)construir estratégias profissionais que possam vivificar, em condições adversas do presente, os rumos emancipatórios de nosso projeto profissional.

Referências bibliográficas

- ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade: O Serviço Social no século XXI*, São Paulo, ano XVII, n. 50.
- ANDERSON, P. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1985.
- AQUIN, N. Reconceptualización: un trabajo social alternativo o una alternativa al Trabajo Social? *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 84, p. 48-65, 2005.
- ALAYÓN, N. (Org.). *Desafío al Servicio Social. Está en crisis la reconceptualización?* Buenos Aires: Humanitas, 1975.
- _____. *Trabajo social latinoamericano. A 40 años de la reconceptualización*. Buenos Aires: Espaço Ed., 2005.
- BAMBIRRA, V. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México; Sigilo XXI Ed., 1974.
- BEHRING, E. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I., BEHRING, E., SANTOS, S. M. E MIOTO, R. C. T. *Capitalismo em crise*. Política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010, p.13-34
- BOFF, Leonardo. (org.) *Teologia da Libertação: Balanço e perspectivas*. São Paulo: Ática, 1996.
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970
- CHESNAIS, F. As raízes da crise econômica mundial. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 21-37, 2013. :
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DOS SANTOS, T. *A Teoria da Dependência*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.
- DUSSEL, E. *La producción teórica de Marx. Um comentário de los Grundrisse*. México, Siglo XXI, 1985
- _____. *Hacia un Marx desconocido. Un comentario de los manuscritos de 61-63*. Mexico, Siglo XXI, 1988.
- _____. *El ultimo Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana* Mexico: Siglo XXI, 1990.

- ENGELS, F. A “Contribuição à Crítica da Economia Política de Karl Marx. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Textos III*. São Paulo: Sociais, 3v, 1977e. p. 304-312.
- ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Textos I*. São Paulo: Ed. Sociais, 1975, p. 79-117.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FRANK, A. G. La sociología del desarrollo y el subdesarrollo de la sociología. In: (Org.). *América Latina: subdesarrollo o revolución*. México: Era, 1973.
- . *El desarrollo del subdesarrollo: un ensayo autobiográfico*. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- . *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.
- HOBBSAWM, E. O marxismo hoje: um balanço aberto. In: *História do Marxismo* nº 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- . *Como cambiar el mundo. Marx e o marxismo.1840-2011*.Barcelona: Crítica, 2011.
- IAMAMOTO, M. V. e SANTOS, C. M (Coords). *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes tóricos, interlocuções internacionais e me¹³mória*. UERJ/CNPQ,2016.
- IAMAMOTO, M. V e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social*. 41ª ed. São Paulo: Cortez. 1982
- . *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- . *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez. 2007
- IANNI, O. *Dialética e Capitalismo*.Ensaios sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1982.
- .A “Questão Social”. In: *A Idéia do Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p.87-109.
- LEFEBVRE, H. *A re-produção das relações sociais de produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LENIN, V. I *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, Col. Os Economistas. Tradução e Introdução de Jose Paulo Netto, 1982.
- LUXEMBURGO, R. El segundo e tercer tomo. In: MERHING, F. *Carlos Marx*. História de su vida. 2ª ed. México: Biografias Gandesa/Grijalbo, 1960, p.392-408.
- MANDEL, E. *El Capital Cien Anos de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. 2ªed. México: Siglo XXI ed., 1998

_____. *A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista.* São Paulo: Ed. Ensaio/ ed. UNICAMP, 1990

MARCUSE, H. *Razão e Revolução.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

MARX, K. O rendimento e **suas fontes.** In: *O Capital. I Crítica da Economia Política. Volume III Livro Terceiro. O processo global de produção capitalista. Tomo 2.* São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986, (Os Economistas).

_____. Introdução à crítica da economia política (1857). In: *Marx.* São Paulo: Abril Cultural, 1974a, p. 107-138. (Col. Os Pensadores).

_____. *El Capital.* Libro I. Capítulo VI. Inédito. Argentina: Siglo XXI, 1971.

_____; ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach).* São Paulo: Grijalbo, 1977.

_____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Textos 1.* São Paulo: Sociais, 3v, 1975, p. 118-120.

_____. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução. *Temas de Ciências Humanas,* São Paulo, n. 2, 1977b.

_____. Prefácio à contribuição à Crítica da Economia Política. In: MARX, K; ENGELS, F. *Textos 2.* São Paulo: Sociais, 3 v, 1977c.

_____. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse).* 1857-1858, 12. ed. Mexico: Siglo XXI, 2 v, 1980b.

MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política.* São Paulo: Nova Cultural, 5v, 1985b.

_____. *El Capital. Crítica de la Economía Política.* Libro primero. El proceso de reproducción del capital. México: Siglo XXI, T. I. 1985c.

MARX, K e ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach).* São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1980c.

_____. *Manifesto do Partido Comunista.* São Paulo: Cortez, 1998.

MOLJO, C. *Trabajadores Sociales en la História: una perspectiva transformadora.* Buenos Aires: Espacio, 2005.

NETTO, J. P. Crise do socialismo, teoria marxiana e alternativa comunista. *Serviço Social e Sociedade* nº 37, dez. 1991, p. 5-45.

_____. *Ditadura e Serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.* São Paulo: Cortez, 1991b.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social.* São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *O que é o marxismo.* São Paulo: Brasiliense, Col. Primeiros Passos, 1985.

_____. Cinco notas a propósito da questão social. *Temporalis:* ABEPSS, Brasília, DF, n. 3, p 41-45, 2001.

OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor.* A economia política da hegemonia imperfeita.

Petrópolis: Vozes, 1998.

QUIROGA, C. *Invasão Positivista no Marxismo: Manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.

RUBIN, I. I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987

SILVA, L. M. M. R. *Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. Tese de doutorado. São Paulo: PUC-SP, 2 v., 1991.

Fontes eletrônicas:

BORDIN, I. *Camilo Torres- Testemunho e Profecia*. Disponível em: <http://ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/CamiloTorres.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2018.

LOWY, Michel. *Mística revolucionária: Jose Carlos Mariátegui e a religião*. Dossiê América Latina. *Estudos Avançados*. On-line version ISSN 1806-9592 vol. 19, no .55. São Paulo, Sept./Dec. 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-0142005000300008> Acesso em 11 de maio de 2018.

MARTINS, A. M. de C. *Serviço Social Crítico em Tempos de Ditadura em Portugal*. Comunicação apresentada no I Congresso Nacional de Serviço Social. Aveiro, 23-24 maio de 2002. Disponível em: <http://www.cpihts.com/1%BA%20Congresso%20Nac.%20SS.pdf>. Acesso em: abr.2014.

<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/01/31/desemprego-quarto-trimestre-ibge>. Acesso em 05 de maio de 2018.

Notas

¹ Karl Marx (1818-1883) nasceu em Trêves, no sul da Alemanha, na Renânia, província da Prússia. Na Universidade de Bonn (Berlim) faz seu Doutorado em Filosofia, com uma tese sobre Demócrito e Epicuro. Em 1842-43, aproxima-se da Economia Política, a partir do debate sobre o livre câmbio e do protecionismo, e das teorias socialistas, quando era jornalista da Gazeta Renana. Em 1843, casa-se com Jenny Van Westphalen, e no ano seguinte transfere-se para Paris, onde publica o único número dos Anais Franco-Alemães, contendo “A Questão Judaica”; e a “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel,” ambos de autoria de Marx e o “Esboço de uma Crítica da Economia Política”, de autoria de Friedrich Engels. Tem início a parceria com Engels: autodidata, industrial de Manchester, que mantinha contatos com o movimento cartista (Carta do Povo) e recusava a teoria do valor de Ricardo e a Economia Política enquanto ciência burguesa. Publicam dois livros: *Sagrada família (1844)* e *A Ideologia Alemã (1845)*. Em 1844, Marx transfere-se para Paris e publica o único número dos Anais Franco-Alemães. Ainda em 1844, escreve *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, não publicados à época, período em que inicia seus estudos dos economistas ricardianos de esquerda de perspectiva socialista. Em 1847-48 Marx escreve *Trabalho assalariado e Capital* e *O “Manifesto do Partido Comunista”*, em coautoria com Engels, publicado em 1848. No ano seguinte, Marx é exilado em Londres. Após a onda revolucionária de 1848 na Europa com o triunfo da reação burguesa e aristocrática, ele se recolhe ao Museu Britânico, em 1850. Em 1859, conclui a “*Contribuição à Crítica da Economia Política; 1857-1858*”; e os “*Gründrisse*”. *Esboço dos Fundamentos da Crítica da Economia Política*”, que contém dois capítulos: um sobre o dinheiro e outro sobre o capital. Em 1859, conclui o livro *Para a Crítica da Economia Política*. Segue-se, em 1865, “*Salário, Preço e Lucro*”; e, em 1867, o Livro I de “*O Capital. Crítica da Economia Política*”. Nos anos seguintes trabalha nos livros II e III de *O Capital*, publicados por Engels

respectivamente, em 1885 e em 1894. Existem várias versões do livro I de O Capital, não havendo uma versão definitiva: a primeira versão original alemã data de 1867, segunda versão alemã de 1873, onde Marx incorpora e suprime passagens, reformulando o capítulo primeiro. Em 1875, é editada a versão francesa, com tradução revista por Marx na qual simplificou muitas passagens mais complexas e profundas no original. Em 1890, surge a 4ª edição alemã baseada na 2ª edição alemã e na edição francesa. Ela foi articulada por Engels, incorporando os comentários assinalados. O Livro II, voltado à circulação do capital, é publicado em 1885, e o livro III que trata da produção do capital no seu conjunto articulando produção e circulação publicado em 1894. Os livros II e III foram editados por Friedrich Engels. O livro IV de O Capital - *Teorias sobre a Mais-Valia*, foi originalmente publicado por Kautsky, em 1905-1910. Em 1954, ocorre nova edição revista por Riazanov, com expurgo das intervenções arbitrárias de Kautsky. Em 1933, é publicado o *Capítulo VI Inédito de O Capital*, traduzido para o espanhol em 1971. A edição francesa de O Capital feita por Maximilian Rubel é baseada na 4ª edição alemã, assim como a versão em português da Ed. Abril Cultural.

² Conforme sintetiza Netto (1985) o núcleo básico da razão moderna constitui-se entre a Revolução Francesa até as lutas de classes de 1848, período em que emerge a sociedade burguesa que traz profundas alterações nas formas históricas de exploração dos recursos naturais, condensados na sociedade industrial, nas formas de controle do poder, expresso na revolução burguesa; na cultura e nas artes ante o novo padrão de vida urbano-industrial. Emerge, um novo modo de vida, um novo modo de pensar e um sujeito sócio-histórico: o proletariado.

³ Dentre os eixos metodológicos que podem ser observados ao longo da leitura de *O Capital* pode-se salientar: aparência x essência; conteúdo x forma; forma x substância x grandeza; valor de uso e valor; concreto e abstrato, qualidade e quantidade; forma natural x forma social (forma do valor); matéria natural x matéria social; forma relativa x forma equivalente; categorias simples x categorias complexas; pessoas enquanto personificação de categorias econômicas

⁴ Ver: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/01/31/desemprego-quarto-trimestre-ibge>. Acesso em 05 de maio de 2018.

⁵ Este item recupera alguns elementos do referido projeto de pesquisa.

⁶ O movimento de reconceituação desencadeia-se no *I Seminário de Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina*, em 1965, em Porto Alegre (Brasil), primeiro marco público da busca de um Serviço Social latino-americano. Reage-se à importação de parâmetros profissionais, denuncia-se o capitalismo dependente e o imperialismo norte-americano num ambiente político-cultural marcado pela vitória dos revolucionários da *Sierra Maestra* sobre Havana, das lutas estudantis de 1968, da abertura da Igreja Católica a partir do Concílio Ecumênico do Papa João XXIII e da teologia da libertação. O primeiro Seminário desdobrou-se em outros subsequentes, que assentam as bases para uma estruturação mais orgânica do Serviço Social no continente: em Montevideú, Uruguai (1966), liderado por Herman Kruse; em General Roca, Argentina (1967) coordenado por Natalio Kisnerman; em Concepción, Chile (1969), abordando diretamente o movimento de reconceituação; em Cochabamba, Bolívia (1970) e novamente em Porto Alegre, Brasil (1972).

⁷ No Brasil, todas as experiências levadas à efeito pela reconceituação foram em instituições do mercado profissional de trabalho, merecendo destaque o Instituto Nacional de Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), instituição oficial que incorporou a proposta do conhecido Método Belo Horizonte na atuação profissional dos assistentes sociais. A incorporação da reconceituação no espaço ocupacional pode ser um marco diferencial da experiência brasileira.

⁸ Dentre os representantes da Teologia da Libertação podem ainda ser citados, dentre outros: os teólogos brasileiros: Padre Henrique Vaz, Leonardo Boff e Leandro Boff; os argentinos Hugo Asmann e Hugo Cerruti com inspiração marxista; o estudioso da obra de Marx, Enrique Dussel, que escreve uma trilogia: 1) *La producción teórica de Marx*. Um comentario de los Grundrisse. México, Siglo XXI, 1985; 2) *Hacia un Marx desconocido*. Un comentario de los manuscritos de 61-63. Mexico, Siglo XXI, 1988 3) *El ultimo Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana Mexico: Siglo XXI, 1990*

⁹ Uma situação singular é a do Padre Camilo Torres Respreto, colombiano, nascido em 3 de fevereiro de 1929. Licenciado em Ciências Políticas e Sociais na Universidade Nacional de Bogotá, com pós-graduação nas Universidades de Louvain e Minnesota, foi Capelão da Universidade Nacional de Bogotá entre março de 1959 e fevereiro de 1961. Deixou o cargo em função de tensões e confrontos com a hierarquia eclesiástica. Foi professor de Metodología de Investigación Sociológica e de Sociología Urbana nessa Universidade. Nunca foi marxista, mas seu humanismo cristão consequente, levou-o a propor a união dos grupos progressistas com o objetivo de uma ação comum revolucionária contra a oligarquia e o domínio dos EUA para a tomada do poder por parte da classe popular. Ingressa no movimento guerrilheiro no Exército de Libertação Nacional, em 1965, morrendo em combate, em 15 de fevereiro de 1966. Sua morte coincide com o fim do Concílio Vaticano II, que ocorre em dezembro de 1965. Para uma análise da trajetória de vida de Camilo Torres ver: Bordin, I. *Camilo Torres- Testemunho e Profecia*. Disponível em: <http://ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/CamiloTorres.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2018

¹⁰ Ela é considerada por Netto (1991) como a formulação inicial e mais abrangente da vertente profissional no pós-1964 qualificada por ele de "intenção de ruptura" com as marcas conservadoras e modernizantes do Serviço Social brasileiro. As propostas e análises aí formuladas – se pouco difundidas no país, à época, dados os constrangimentos político-institucionais – ganham ampla visibilidade no meio profissional latino-americano.

¹¹ Pode-se exemplificar, entre outras iniciativas, o apoio do CELATS às organizações sindicais na preparação do Congresso da Virada (1979); o pioneiro debate sobre a política social e sua relação com o Serviço Social (1979); o projeto de pesquisa sobre a “História do Serviço Social na América Latina- Peru e Brasil”, sendo um de seus resultados o livro em co-edição CELATS/Cortez, de autoria dos então pesquisadores da entidade, Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Um esboço de interpretação histórico-metodológica, publicado em 1982.

¹² Cf. a prestação do livro efetuada por Jose Arico.